



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Assessoria Especial da Diretoria-Geral

PAD N.º 707/2020

PARECER

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que teve por objeto a contratação de serviço de UTI Móvel, acompanhada de médico, enfermeiro e motorista, para o período de 5 e 6 de maio de 2020, das 8h às 21h, bem como pelo período de 24 horas, no dia 04 de outubro, primeiro turno da eleição, e no dia 25 de outubro de 2020, segundo turno, se houver, conforme as condições e especificações estabelecidas no Anexo I do Edital de n.º 17/2020.
2. Cumpre destacar que foram observadas as condições legais inerentes à fase interna do aludido procedimento, conforme análise dos documentos acostados aos autos.
3. Aberta a licitação, sucedeu-se a etapa de lances, que aconteceu com participação de apenas uma licitante, qual seja, a empresa HOME CARE CARIRI LTDA, que teve a sua proposta negociada e aceita no valor de R\$ 18.720,00. Em seu relatório, a pregoeira salientou que a proposta-padrão, cadastrada originalmente com a proposta eletrônica, foi analisada e aceita, uma vez que atendia às especificações do Edital, bem como de acordo com valor máximo aceitável para contratação.
4. Contudo, na fase de habilitação, a licitante não logrou comprovar sua habilitação jurídica, bem assim qualificações econômico-financeira e técnica, uma vez que, junto com a proposta, não apresentou os seguintes documentos:
 - a) Alvará de saúde fornecido pela Secretaria Municipal de Saúde;
 - b) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
 - c) Um ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove(m) a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Assessoria Especial da Diretoria-Geral

prestação de serviço de pronto socorro móvel de emergências e urgências pré-hospitalares, na modalidade área protegida, por ambulância de suporte avançado (tipo D), também denominada ambulância UTI móvel;

d) Certificado de inscrição e Certidão de Responsabilidade Técnica do médico responsável técnico e da pessoa jurídica emitidos pelo Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (OBS; verificamos no SICAF o CRM da empresa junto ao estado do Ceará);

e) Certificado de inscrição da pessoa jurídica emitido pelo Conselho Regional de Enfermagem do Estado da Bahia;

f) Comprovação de que o profissional médico responsável técnico integre o quadro de pessoal permanente da licitante, entendendo-se por quadro de pessoal permanente o vínculo empregatício, de trabalho, de prestação de serviço ou societário.

5. Ademais, a pregoeira observou que, de igual modo, os registros no SICAF estavam insuficientes. Deste modo, não restou outra conduta para a pregoeira senão a correta inabilitação da licitante. Ressalta-se, ainda, que não pode ser aplicada a disposição do item 11.16 do Edital, que é um benefício previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar n.º 123/2006, considerando que a documentação devida não é relativa à habilitação fiscal e trabalhista, o que dependeria ainda apresentação da documentação junto com a proposta, ainda que com restrição, bem assim de dados do SICAF. Portanto, a pregoeira agiu regularmente.

6. Diante disso, o item foi cancelado no julgamento pela Pregoeira uma vez que a única empresa licitante foi inabilitada.

7. Aberto o prazo, não houve registro de intenção de recurso.

8. Assim, em que pese a regularidade dos atos procedimentais, o presente certame restou fracassado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Assessoria Especial da Diretoria-Geral

9. À vista da tramitação do PAD n.º 3301/2020 e considerando que a presente contratação se relaciona também às Eleições vindouras, sugerimos, excepcionalmente, o acolhimento da recomendação da COMAP constante do Memorando n.º 003/2020/COMAP, dos referidos autos, documento n.º 48450/2020, para prosseguimento da contratação, com devidos ajustes.
10. Diante do exposto, o presente processo deverá ser encaminhado à Diretoria-Geral desta Casa para declaração do certame fracassado e, após, ao setor competente para, considerando que se trata de contratação relativa às eleições, adotar as devidas providências, oportunidade em que deverá observar manifestação da pregoeira no item 8 do seu relatório.
11. À consideração superior.

Em 6 de abril de 2020.

Ana Flávia Cerqueira Machado
Analista Judiciário

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

Em 6 de abril de 2020.

Ronildo Dantas
Assessor Especial da Diretoria-Geral